

Benefícios do Bolsa Família sustentam 21% da população do país

Por Lucas Marchesini | De Brasília

Os beneficiários do Bolsa Família representam mais de um terço da população de 11 Estados brasileiros, todos das regiões Norte e Nordeste. No Brasil, 21% da população vive com os benefícios do programa. Os dados fazem parte de levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a pedido do Valor e evidenciam a importância dos recursos para a população daquelas regiões.

O Maranhão é o Estado com a maior relação entre a população e quem vive dos valores do Bolsa Família. De acordo com o ministério, 48% da população do Estado recebe os recursos. Piauí e Acre vêm a seguir, ambos com 41%.

O cálculo chega ao número de beneficiários a partir do tamanho das famílias inscritas no programa. Em seguida, o ministério calcula quanto isso representa na população do município a partir das estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são referentes a dezembro de 2017. Por serem baseados em estimativa do IBGE, o percentual pode diferir da realidade já que o último Censo foi realizado em 2010.

Para fazer parte do programa, é necessário ter a renda mensal por

pessoa da família de até R\$ 185. O Bolsa família repassa entre R\$ 39 e R\$ 372 para os inscritos no programa, a depender do número de filhos do beneficiário. Os valores repassados, apesar de pequenos, acabam significando parte importante da economia dos municípios mais pobres do Brasil. Os valores repassados pelo programa representam mais de 6% do PIB local para 579 municípios.

Aninho Irachande, professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB), analisou os dados a pedido da reportagem. "O impacto na vida das cidades é muito grande, quanto mais beneficiários, mais dinamizada é a economia do lugar", disse. Na avaliação dele, os benefícios do programa vão além da pessoa ou família beneficiada.

"Cada R\$ 1 real produz R\$ 1,6 em circulação da economia", afirma Irachande. Segundo o professor, "é um tiro no pé imaginar que o beneficiário é quem mais ganha com o Bolsa Família".

Para o secretário-executivo do MDS, Alberto Beltrame, "o programa gera um círculo virtuoso de desenvolvimento na economia local", porque "estimula a economia, melhora a renda e os indicadores sociais como um todo". Os dados do ministério indicam uma taxa de crescimento maior no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

para as cidades com mais inscritos no Bolsa Família em relação ao total.

Entre 2000 e 2010, a taxa média de crescimento no IDH municipal das cidades brasileiras foi de 26%. Nas cidades onde os beneficiários representam menos de metade da população local, o número foi de 22%. Nos municípios em que os beneficiários são mais da metade, a taxa é de 43%. Dentre as cidades onde mais de dois terços vivem do programa, a taxa atinge 58%.

Alguns municípios servem de exemplo para o impacto do Bolsa Família na economia local. Em São Raimundo do Doca Bezerra (MA), a 379 quilômetros de São Luís, por exemplo, 99,98% da população de 4,946 mil habitantes é beneficiária do programa, segundo números do ministério.

O cálculo leva em conta dados do Cadastro Único e a estimativa de população do IBGE. Dados oficiais reforçam a validade desse número. Não há quem receba o benefício de Prestação Continuada (BPC) na cidade, por exemplo. Não é possível acumular o BPC e o Bolsa Família.

"É através desse benefício que as famílias têm o pão na mesa", disse ao Valor o gestor do Bolsa Família na cidade maranhense, Aldeman Dias. Segundo o gestor, "o Maranhão tem poucos recursos naturais e nossa cidade está situada centro do Estado,





onde a pobreza prevalece". Dias conta que o Bolsa Família é "praticamente o único recurso que entra na nossa cidade, além da prefeitura. Sem esse benefício, o comércio da cidade cai totalmente, afirmou.

Antonio Basilio, dono do mercado Comercial Basilio, em São Raimundo do Doca Bezerra, faz a mesma ponderação. "A renda aqui só o Bolsa Família. Difícil ter algum comércio sem ele."

Quando o critério é a participação dos recursos que chegam pelo programa no Produto Interno Bruto (PIB), as dez primeiras colocadas estão no Estado do Maranhão. Em Cajari, a 225 quilômetros de São Luís, a relação chega a 13,8%.

Irachande ressalta também que a importância econômica que os recursos têm para as pequenas cidades mais pobres do país acaba provocando fraudes. "A maior parte dos recursos vai para consumo de produtos básicos de higiene e alimentação", explicou o professor.

Esses produtos, por sua vez, são comprados em pequenos mercados e mercearias que, nessas localidades, costumam pertencer a autoridades locais, que têm interesse em ter o máximo possível de pessoas registradas no programa, mesmo que não atendam a todos os requisitos.

Para combater fraudes no programa, o Ministério do Desenvolvimento Social começou a partir de 2016 a realizar uma variedade de cruzamentos em bancos de dados públicos. Antes, ele era feito apenas uma vez por ano com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que agrupa dados do mercado de trabalho brasileiro por ano.

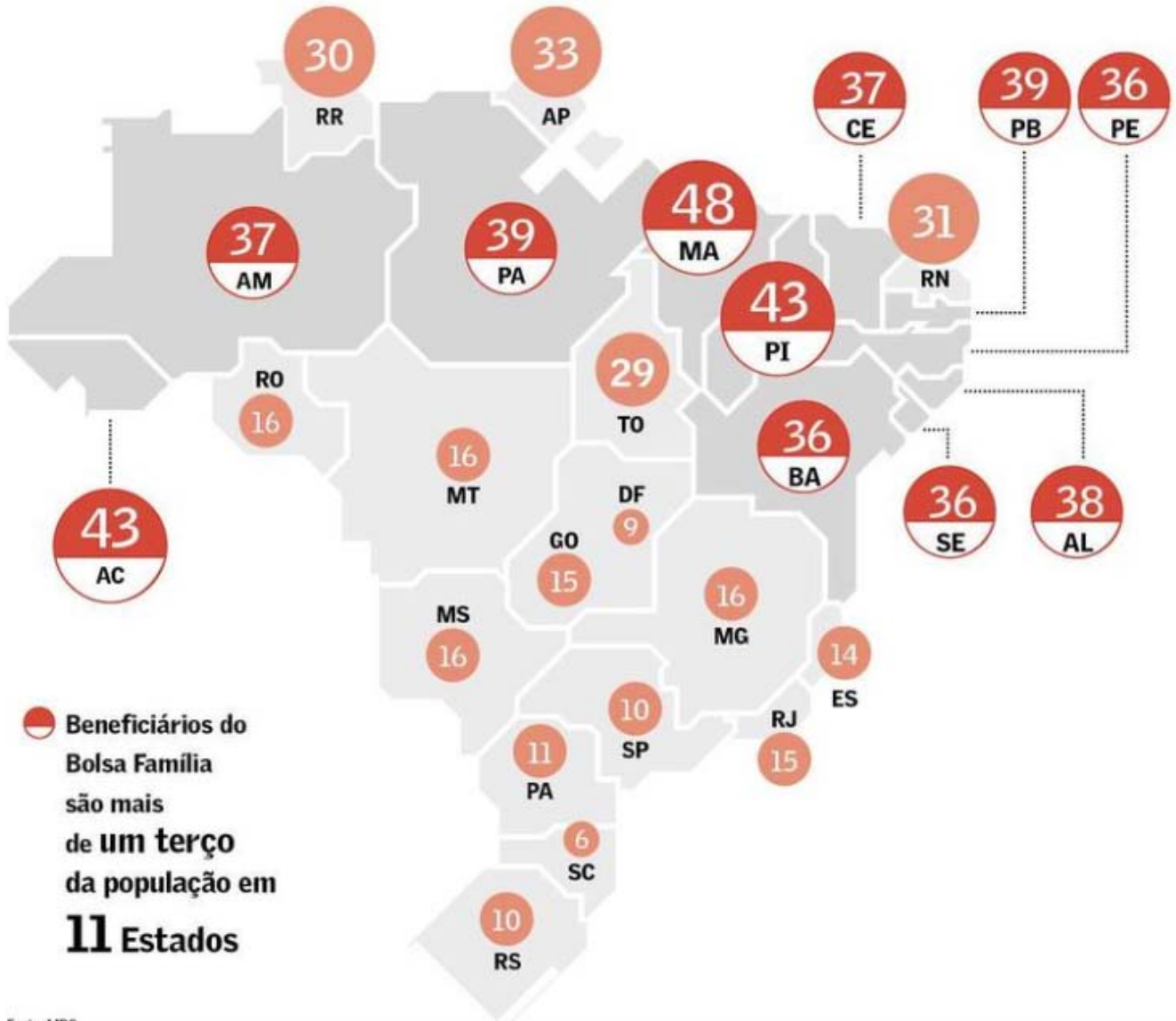
Agora, são dez bases de dados, o que permitiu que a fila de espera fosse zerada a partir da retirada do programa de beneficiários que não atendiam mais ao requisito de renda. "Com isso, cancelamos 4,7 milhões de beneficiários com renda superior a R\$ 170 per capita. O pente-fino promove justiça social. No mesmo período, 4,2 milhões entraram", disse Beltrame.





O destino dos recursos

Participação dos beneficiados no total da população dos Estados, em %



Fonte: MDS

Governo federal vai gastar neste ano R\$ 92,6 bilhões a mais que em 2017

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O governo federal vai gastar R\$ 92,6 bilhões a mais neste ano, em comparação com 2017, informou na sexta-feira o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira. A programação orçamentária e financeira do Tesouro prevê um gasto total da União de R\$ 1,371 trilhão, ante despesa de R\$ 1,279 trilhão no ano passado.

O crescimento nominal do gasto será de 7,2%, bem acima da inflação de 2018, prevista em 3,9% pelo Planejamento. No ano passado, a despesa total da União caiu um por cento, em termos reais, em comparação com 2016. Os dados sinalizam para a execução de uma política fiscal pelo governo fortemente expansionista neste ano, em que se realiza eleições gerais no país.

Para se ter uma ideia da dimensão do gasto programado pelo governo, a despesa total da União em 2017 aumentou "apenas" R\$ 29,6 bilhões, em comparação com 2016. Ou seja, o aumento do gasto programado para 2018 será mais de três vezes o crescimento da despesa verificada em 2017.

Todos os gastos apresentarão forte crescimento real neste ano. As despesas obrigatórias, por exemplo, subirão R\$ 80 bilhões, passando de R\$ 1,162 trilhão em 2017 para R\$

1,242 trilhão neste ano, um aumento nominal de 6,9%, acima, portanto, da inflação prevista para o ano.

As despesas discricionárias, que englobam os gastos de custeio da máquina e os investimentos públicos, subirão 10,9%, passando de R\$ 116,2 bilhões em 2017 para R\$ 128,9 bilhões neste ano. Os gastos com os investimentos são aqueles que mais agradam aos políticos governistas, principalmente em ano de eleições gerais.

Para realizar todos esses gastos, o ministro informou que o governo deverá registrar déficit primário de R\$ 154,8 bilhões, um pouco abaixo da meta fiscal para o governo central (Tesouro, Previdência e BC) de déficit de R\$ 159 bilhões, fixada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em 2017, o déficit primário do governo central ficou em R\$ 118,4 bilhões, de acordo com dados do Banco Central. Ou seja, a programação orçamentária e financeira do Tesouro prevê um aumento de R\$ 36,4 bilhões do déficit primário do governo central neste ano.

Oliveira disse que não é necessário alterar a meta de resultado primário deste ano, que permite um déficit primário maior do que o do ano passado. E negou que essa meta sinalize uma política fiscal expansionista. "Se houver surpresa

positiva com as receitas, faremos resultado [fiscal] melhor, não precisa alterar a meta fiscal", afirmou.

"Hoje não é necessário alterar a meta fiscal para forçar o governo a ter um resultado melhor", completou. Segundo ele, as receitas adicionais que o governo eventualmente consiga ao longo deste ano não poderão custear novas despesas, pois elas estão submetidas ao teto de gasto.

O crescimento real da economia previsto pelo Ministério da Fazenda para este ano é de 3%. Mesmo assim, com a retomada da atividade, a projeção divulgada sexta-feira pelo Ministério do Planejamento é de queda da arrecadação de tributos administrada pela Receita Federal, que passaria de 12,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado para 12,4% neste ano.

A projeção indica que a recuperação da receita com maior crescimento econômico não será suficiente para compensar a arrecadação obtida no ano passado com o chamado novo Refis, o programa de pagamento de débitos tributários em condições vantajosas, que arrecadou cerca de R\$ 26 bilhões.

A receita primária total neste ano deverá também ser menor do que a de 2017, de acordo com a projeção divulgada. Ela cairia de 20,9% do PIB para 20,5% do PIB.

PPI de saneamento deve ficar no papel em 2018

Por Luciano Máximo | De São Paulo

O processo de desestatização das empresas estaduais de saneamento básicas incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal não sairá do papel em 2018. O ingresso de capital privado na atividade era esperado para começar ao longo deste ano, mas mercado e governo estão reajustando as expectativas - no balanço oficial do PPI de 2017, divulgado pela administração Temer, o setor de saneamento sequer é mencionado no material.

Movimentos concretos de concessão, parceria público-privada (PPP) ou eventual privatização das estatais só deverão ocorrer a partir de 2019 e ainda terão que passar por um crivo político complicado, uma vez que a aprovação de cada projeto caberá às assembleias legislativas estaduais.

Todo o processo, conduzido pelo BNDES desde o primeiro trimestre de 2017, começou com 17 Estados interessados em colocar suas estatais para algum tipo de negociação envolvendo o setor privado. Atualmente apenas nove governos seguem no PPI.

Uma das estatais do saneamento a desistir do PPI, a Sanepar, do

Paraná, buscava fechar parcerias público-privadas (PPPs) para melhorar sua operação quando aderiu ao programa federal. "Sinalizaram por PPPs no início do PPI, mas na sequência essa linha foi alterada para a desestatização, contrariando o interesse da companhia. Foi o momento em que o assunto saiu da nossa agenda", diz João Martinho Cleto Reis Junior, diretor de investimentos da Sanepar.

No segundo trimestre de 2017, o BNDES organizou pregões para contratar consultorias econômicas e escritórios de direito e de engenharia para produzir estudos técnicos sobre as estatais do saneamento remanescentes no PPI. Dezenas de consórcios participaram. De acordo com o banco de fomento, o processo de modelagem de licitação das empresas ainda está em andamento em Alagoas, Amapá, Pará, Pernambuco, Sergipe, Acre e Ceará. Mais atrasados, Rio de Janeiro e Roraima ainda estão na fase de contratação desses consórcios.

"Não há uma data definida, mas todos os estudos em andamento terminarão no primeiro semestre de 2018, quando então será levada a proposta de modelo de desestatização para cada um dos governos estaduais aprovar. A expectativa sobre Roraima e Rio de Janeiro, responsável pela Cedae, é de término dos estudos no terceiro trimestre de 2018", informou o

BNDES em nota oficial.

O banco pondera que o caminho é longo até a publicação do edital de licitação com a data do leilão. Com as propostas de modelagem em mãos, os governos podem aceitar, rejeitar ou pedir ajustes antes de enviar para apreciação do Legislativo. "Com aprovação do Executivo é que começará o processo de leilão propriamente dito, que envolve a abertura do data room para consulta de dados por potenciais compradores, realização de audiências e consultas pública e road-shows, consulta pública e envio do processo para aprovação pelos respectivos tribunais de contas."

Diante desse lento rito, Pedro Scazufca, sócio da GO Associados, consultoria econômica que participa do PPI do saneamento, atenta para um eventual boom de investimentos em 2019, já que 2018 será um ano só de desenvolvimento de projetos. "Se os estudos do BNDES amadurecerem e tivermos uma conjuntura macroeconômica positiva pode ser que em 2019 ocorra um salto [de projetos e investimentos]", aposta o economista.

Alexandre Ferreira Lopes, diretor-presidente do Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Sindcon), também prevê um 2018 vazio de privatizações das estatais do





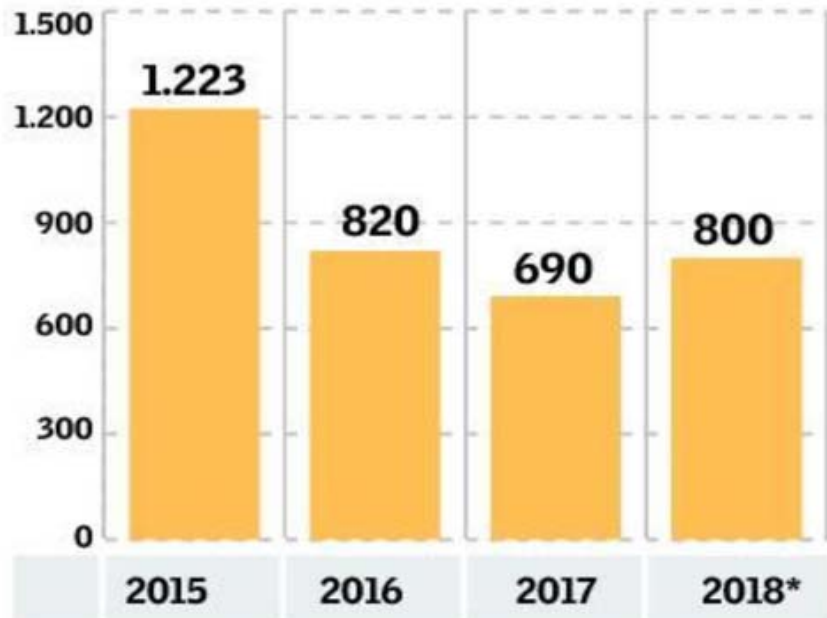
saneamento. Mas ele acredita que o setor pode avançar com mudanças regulatórias. "A reforma do marco legal e regras claras que atraiam a iniciativa privada para o saneamento são bem-vindas e estão longe de significar retrocesso ou desestruturação em um setor que há décadas não consegue atender às necessidades mínimas da população", diz Lopes em alusão à intenção do governo Temer de mudar a Lei do Saneamento (11.445, de 2007).

Responsável pelo financiamento público e privado de grande parte dos investimentos em saneamento básico no país, com uma carteira de R\$ 13,8 bilhões, o BNDES registrou queda de 16% em seus desembolsos para a atividade em 2017. Na passagem de 2016 para 2017, o valor desembolsado caiu de R\$ 820 milhões para R\$ 690 milhões. Para 2018, o banco espera emprestar R\$ 800 milhões, montante ainda bastante inferior ao R\$ 1,2 bilhão desembolsado em 2015, primeiro ano de recessão. (Colaborou Rodrigo Rocha, de São Paulo)

Retomada lenta

Desembolsos do BNDES ao saneamento

■ Em R\$ milhões



16% Expectativa de crescimento 2017/2018*

Fonte: BNDES. *Projeção.

Sem estouro, por enquanto

Por segurança, o governo vai bloquear R\$ 16,2 bilhões do Orçamento deste ano, enquanto espera novas informações – e novos fatos – para avaliar mais claramente a evolução de receitas e despesas nos próximos meses. Quase metade do bloqueio, ou R\$ 8 bilhões, é justificada pela incerteza quanto à privatização da Eletrobrás, dependente da aprovação de um projeto de lei. Apesar das dúvidas, algumas muito importantes, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, mostrou-se tranquilo quanto a três pontos.

Primeiro, será possível manter o déficit primário dentro do limite de R\$ 159 bilhões, talvez em R\$ 154,8 bilhões. Segundo, será respeitado o teto de gastos. Terceiro, será preservada a regra de ouro, a proibição de tomar empréstimos para cobrir despesas de custeio, como a folha de pessoal. Mas essa regra, profetizou, será quebrada a partir de 2019 e será preciso pensar numa saída legal. A saída, no entanto, apenas ajudará o governo a enfrentar uma emergência, sem resolver o enorme problema das contas públicas.

Com base na Constituição, o Executivo poderá ser autorizado, por maioria absoluta, a obter financiamento superior às despesas de capital. Em outras palavras, crédito para enfrentar gastos de custeio. Mas o desafio real continuará assombrando a administração. O crescimento econômico poderá elevar a arrecadação tributária, mas em volume insuficiente para compensar a expansão dos gastos obrigatórios, a começar pelos benefícios previdenciários. O ministro do Planejamento tem razões fortíssimas para insistir na aprovação, tão cedo quanto possível, da reforma da Previdência.

Embora muito importante, a aprovação dessa mudança, no entanto, ainda será apenas um primeiro passo. Será preciso ir mais longe para desengessar e racionalizar as finanças públicas, mas o governo, por enquanto, nem avança nessa discussão. Consertar o sistema de aposentadorias já será um avanço considerável, apesar de insuficiente. Falta convencer os partidos a cuidar do assunto com responsabilidade e, é claro, alguma visão dos interesses nacionais. Pelo menos

neste ano o governo ainda poderá administrar as finanças federais mesmo sem a Previdência reformada.

Mas ainda será preciso vencer incertezas importantes. Em outras condições, anunciar no começo do ano um decreto de programação orçamentária seria um ato rotineiro, imposto pela prudência. Algum bloqueio provisório de despesas – o famoso contingenciamento – seria parte de um ritual bem conhecido. Convém ter cuidado no começo do ano e ir devagar nos gastos até o cenário ficar mais claro. Mas desta vez o anúncio realizado pelo ministro do Planejamento pouco tem de rotineiro. A rotina consistiu, essencialmente, na atualização das projeções econômicas. O crescimento econômico, estimado em 2,5% no projeto de lei orçamentária, foi revisto para 3%.

A inflação esperada passou de 4,2% para 3,9%. Outros parâmetros também foram reavaliados sem grandes mudanças. Novas perspectivas naturalmente resultaram em ajustes nas projeções de gastos e receitas, com efeito geral levemente positivo para o governo. Se sobraram incertezas, foram essencialmente políticas. As projeções do governo permanecem afetadas principalmente pela insegurança quanto à privatização da Eletrobrás e ao adiamento do reajuste do funcionalismo. Esse adiamento, suspenso por liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, ainda poderá vigorar, mas esse resultado é incerto.

Se tudo correr bem, o bloqueio de recursos poderá ser suspenso nos próximos meses e a execução orçamentária ficará bem menos apertada. O recebimento de R\$ 130 bilhões do BNDES – dinheiro transferido pelo Tesouro na fase de generosa distribuição de favores – ajudará o governo a respeitar todos os limites. Mas a segurança – se couber essa palavra – pouco vai durar. Logo será preciso cuidar das diretrizes orçamentárias para 2019. Hoje, as perspectivas são de enormes problemas fiscais para o próximo governo. Avançar na pauta de reformas será um início de solução – se houver, em Brasília, um grupo razoável de políticos interessados no assunto.

Arrecadação deve ter expansão de pelo menos 4,17%

Crescimento reverteria ‘herança negativa’ registrada nos últimos três anos e garantiria ao menos mais R\$ 53 bi aos cofres públicos

Adriana Fernandes
Anne Warth

A arrecadação de tributos pode surpreender em 2018. Estudo do Ministério do Planejamento obtido pelo ‘Estado’ aponta que a aceleração da arrecadação federal no segundo semestre do ano passado deu maior vigor à coleta de impostos e deve garantir uma “herança” positiva para este ano.

Pelos cálculos do governo, a arrecadação poderá ter crescimento de 4,17% só por conta do chamado “carregamento estatístico” de um ano para o outro. Na prática, esse indicador funciona como uma espécie de ponto de partida. Isso significa que, mesmo se a variação da arrecadação federal for zero ao longo deste ano, as receitas com tributos devem crescer nessa magnitude, só por conta desse efeito estatístico.

Cálculo feito pelo Estado mostra que, com base nesse porcentual de alta, seriam garantidos R\$ 53 bilhões a mais nos cofres do governo, tomando como base o total de R\$ 1,275

trilhão arrecadados em 2017 em receitas administradas. O resultado animou a área econômica. Quanto maior o carregamento, mais provável que o crescimento do ano seguinte seja vigoroso, porque já parte de um nível mais elevado de arrecadação.

Os setores que mais puxam a retomada da arrecadação são eletricidade e gás; automobilístico; produtos químicos; alimentos; edifícios e derivados de petróleo e biocombustíveis. “Ao que tudo indica, a arrecadação em 2018 pode continuar a surpreender”, diz Marcos Ferrari, secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento.

Positivo.

Depois de três anos, o carregamento estatístico da receita com impostos e contribuições federais voltou a ser positivo. “É quase três vezes maior que a média histórica”, diz o secretário, que fez os cálculos tão logo o Tesouro Nacional divulgou, na semana passada, os dados consolidados das contas públicas em 2017.

De acordo com o secretário, o carregamento estatístico é um bom sinal também em relação à taxa de

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), já que existe uma forte correlação entre a arrecadação e o ritmo da atividade econômica. “Esse indicador também aponta para um ótimo desempenho da economia em 2018, uma vez que ele reflete o desempenho do PIB no ano posterior”, diz Ferrari.

Para fazer os cálculos, o secretário retirou todos os efeitos extraordinários que influenciaram a arrecadação no ano passado, como o Refis (parcelamento de débitos tributários).

Recessão.

A arrecadação dos tributos federais foi prejudicada pela recessão que assolou a economia brasileira entre 2014 e 2016. Mas, desde agosto do ano passado, depois de várias frustrações, a arrecadação começou a reagir.

Nos últimos meses do ano, o crescimento real foi expressivo, o que ajudou o governo a entregar um resultado das contas públicas menor do que o déficit previsto. Desde 2013, já havia uma tendência de declínio da arrecadação, comportamento que se aprofundou nos anos seguintes e só começou a se reverter em 2017.





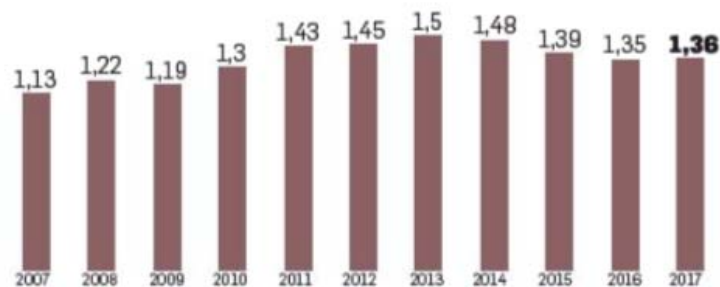
A taxa média de crescimento trimestral, segundo o Planejamento, foi de 2% no ano passado. Para o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, os desafios fiscais são grandes em 2018, mas a arrecadação de receitas administradas deve superar as expectativas e ajudar o Orçamento por conta do crescimento maior da economia.

O ministro destaca que os economistas do mercado já começaram a rever as suas previsões para até 3,5%. Como as despesas são fixas devido ao teto de gastos públicos, será a receita é que deverá dar o tom do resultado fiscal em 2018. Quando maior ela for, menor será o déficit fiscal no fim do ano.

RETOMADA

Arrecadação total no ano

EM TRILHÃO DE REAIS, VALORES CORRIGIDOS PELO IPCA



FONTES: RECEITA FEDERAL E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Construção civil, veículos e energia devem ajudar PIB

Setores da economia que garantiram a reação da arrecadação em 2017, como a indústria automotiva, química, construção civil, energia e de alimentos devem puxar o crescimento da economia ao longo deste ano, segundo o Ministério do Planejamento. A recuperação já começou a atingir a indústria automobilística.

No ano passado, a produção do setor subiu 25,2%, depois de três anos de retração, enquanto as vendas no mercado interno subiram 9,2%, a primeira alta desde 2012. O ano de 2018 também será bom para a indústria. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) prevê que as vendas devem aumentar 11,7% neste ano no País, e a produção, 13,2%.

O setor de energia elétrica deve ter uma recuperação semelhante, mas um pouco inferior à projetada pelo governo. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca Leite, o consumo de energia deve registrar crescimento de 3,2% neste ano. Esse cenário considera que o PIB deve ter registrar uma elevação entre 2% e 2,5%.

A.F. e A.W.